

VOTO Nº 355/2024/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/ANVISA

Processo nº 25351.810916/2024-05

Expediente nº 1100299/24-6

Área responsável: Gerência-Geral de Gestão de Pessoas (GGPES)

Relator: Antonio Barra Torres

Analisa solicitação de afastamento do país, para participação em evento de capacitação individual intitulado "*Greater New York Dental Meeting 2024 - GNYDMV*", em Nova Iorque, Estados Unidos.

RELATÓRIO E ANÁLISE

1. Trata-se de solicitação de afastamento do país, para capacitação individual com custeio de passagens, diárias e seguro viagem, para participação da servidora Ana Clara Ribeiro Bello dos Santos, dados abaixo, no ***Greater New York Dental Meeting 2024 - GNYDM*** que será organizada pela ***New York County & Second District Dental Societies***.

Matrícula	Servidor	Cargo	Lotação
1521743	Ana Clara Ribeiro Bello dos Santos	Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária	GVIMS/GGTES

2. A capacitação está programada para o período de **29/11/2024 a 04/12/2024**, com a carga horária total de **36 horas**, na modalidade **presencial**, e m Nova Iorque, Estados Unidos, conforme Requerimento de Capacitação Individual (SEI 3079153).

3. Conforme o Requerimento de Capacitação Individual, a servidora faz parte da equipe da Gerência de

Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde, dedicada às demandas relacionadas à prevenção de eventos adversos e promoção da melhoria contínua da qualidade e da segurança do paciente nos serviços de saúde. Além disso, está participando ativamente do Projeto de Gerenciamento de Risco em Serviços Odontológicos. Dessa forma, justifica-se a sua participação no GNYDM, pela importância do evento, na atualização de temas relacionados ao gerenciamento de riscos sanitários e prevenção de eventos adversos relacionados à Assistência Odontológica, bem como pelo trabalho científico aprovado, enquanto participante internacional, com divulgação do importante e pioneiro trabalho realizado pela Anvisa para a instrumentalização do cirurgião-dentista, com relação ao tema no país. Ressalta-se aqui, conforme recomendado pela OMS e pelo Programa nacional de Segurança do Paciente - PNSP, a complexidade do tema e a relevância da comunicação, sensibilização e envolvimento das instituições e dos profissionais dos serviços de saúde na promoção da segurança do paciente.

4. Considerando o disposto no Decreto nº 91.800, de 18 de outubro de 1985, o afastamento se dará com ônus para a Anvisa, com a seguinte despesa estimada:

DESPESA ESTIMADA		
MODALIDADE	Presencial	
PI	VIAGCAPACIT	
	Valor Unitário	Valor Total
Diárias	R\$ 15.400,00	R\$ 15.400,00
Passagens	R\$ 9.500,00	R\$ 9.500,00
Seguro viagem (em caso de viagem internacional)	R\$ 630,00	R\$ 630,00
TOTAL	R\$ 25.530,00	R\$ 25.530,00

5. Já a Instrução Normativa nº 21/2021, que estabelece orientações aos órgãos do SIPEC quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da PNDP, conceitua a ação de desenvolvimento, capacitação ou treinamento regularmente instituído como a atividade de aprendizagem estruturada para impulsionar o desempenho competente da atribuição pública em resposta a lacunas de

performance ou a oportunidades de melhoria descritas na forma de necessidades de desenvolvimento, realizada em alinhamento aos objetivos organizacionais, por meio do desenvolvimento assertivo de competências.

6. De acordo com a Gerência de Desenvolvimento de Pessoas - GEDEP, a ação proposta tem aderência ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas 2024, conforme a seguinte competência prevista para a unidade de lotação da servidora: **"tomar decisões e gerenciar de forma competente e estratégica os atos da organização"**, cuja necessidade de desenvolvimento é **"atualização técnico-científica"**.

7. O Decreto nº 9.991/2019, legislação aplicável para fins de capacitação de servidores públicos federais, que "dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento" foi editado, dentre outros normativos legais, sob a ótica da **necessidade imperativa de investir em recursos humanos** para formar profissionais capacitados e atualizados para o desempenho de suas funções. Em seu art. 3º foram definidas as finalidades da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal para a consecução de seus objetivos institucionais, como se observa em seu art. 3º, *in verbis*:

Art. 3º Cada órgão e entidade integrante do SIPEC elaborará anualmente o respectivo PDP, que vigorará no exercício seguinte, a partir do levantamento das necessidades de desenvolvimento relacionadas à consecução dos objetivos institucionais.

§ 1º O PDP deverá:

I - alinhar as ações de desenvolvimento e a estratégia do órgão ou da entidade;

II - estabelecer objetivos e metas institucionais como referência para o planejamento das ações de desenvolvimento;

III - atender às necessidades administrativas operacionais, táticas e estratégicas, vigentes e futuras;

IV - nortear o planejamento das ações de desenvolvimento de acordo com os princípios da economicidade e da eficiência;

V - preparar os servidores para as mudanças de

cenários internos e externos ao órgão ou à entidade;

VI - preparar os servidores para substituições decorrentes de afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e da vacância do cargo;

VII - ofertar ações de desenvolvimento de maneira equânime aos servidores;

VIII - acompanhar o desenvolvimento do servidor durante sua vida funcional;

IX - gerir os riscos referentes à implementação das ações de desenvolvimento;

X - monitorar e avaliar as ações de desenvolvimento para o uso adequado dos recursos públicos; e

XI - analisar o custo-benefício das despesas realizadas no exercício anterior com as ações de desenvolvimento.

§ 2º A elaboração do **PDP** será precedida, preferencialmente, **por diagnóstico de competências.**

§ 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se diagnóstico de competências a identificação do conjunto de conhecimentos, habilidades e condutas necessários ao exercício do cargo ou da função.

8. Ainda, os procedimentos para afastamento do país e participação em missões internacionais pela Anvisa estão dispostos na Portaria nº 1.345/ANVISA, de 30 de julho de 2019, conforme segue:

Art. 4º Para solicitação de participação em missão internacional, modalidade Capacitação no Exterior, além do cumprimento das exigências e dos requisitos definidos em norma específica que trata sobre capacitação, são necessários:

I - indicação da forma como o servidor designado pretende disseminar o conhecimento adquirido na capacitação em sua unidade e em outras potencialmente interessadas;

II - envio do processo administrativo devidamente instruído à unidade de gestão de pessoas para manifestação acerca da pertinência e adequação do tema da capacitação às atividades do(s) servidor(es) designado(s) e da compatibilidade com o planejamento orçamentário de capacitação de servidores;

III - envio do processo administrativo à Coordenação de

Missões Internacionais da Assessoria de Assuntos Internacionais (Comin/Ainte) para exame e providências a seu encargo; e

IV - submissão do processo ao Diretor responsável pela unidade de gestão de pessoas para avaliação e inclusão em pauta de deliberação da Diretoria Colegiada.

9. Ademais, na Anvisa a competência para autorizar o afastamento do país de servidor para a participação em missão internacional, em qualquer das modalidades, é da Diretoria Colegiada nos termos dos incisos X e XI do art. 11 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, e do Diretor Presidente, *ad referendum* da Diretoria Colegiada, nos termos do inciso IV do art. 13 do Decreto nº. 3.029, de 16 de abril de 1999.

10. Por fim, esclarecida a motivação da proposta, a relevância e os benefícios da participação no evento, considerando que o processo está instruído com a documentação necessária, conforme estabelecido na legislação vigente afeta ao tema e contém as devidas aprovações da capacitação pelas instâncias gestoras, prossiga-se à deliberação da Diretoria Colegiada.

VOTO

11. Diante do exposto, considerando a relevância do tema da ação de capacitação, voto pela **APROVAÇÃO** do afastamento da servidora Ana Clara Ribeiro Bello dos Santos, para participação no **Greater New York Dental Meeting 2024 - GNYDM**, no período de 29/11/2024 a 04/12/2024, em Nova Iorque, Estados Unidos.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente**, em 14/08/2024, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3118895** e o código CRC **E2F7223E**.

